



FLÁVIO RANGEL, CRONISTA DA ABERTURA (FOLHA DE SÃO PAULO, 1978-1983)

FLÁVIO RANGEL CHRONICLER OF THE OPENING (FOLHA DE SÃO PAULO, 1978-1983)

André Luis Bertelli Duarte*

Universidade Federal de Uberlândia (Eseba/UFU)

 <https://orcid.org/0000-0002-6640-672X>

andrebduarte@ufu.br

RESUMO: Este artigo resgata a historicidade das crônicas escritas pelo diretor de teatro e cronista Flávio Rangel nas páginas da *Folha de São Paulo* entre os anos de 1978 e 1983. Rer ler as crônicas de Flávio Rangel é uma oportunidade para pensar as contradições vividas no processo de redemocratização brasileiro e o papel dos intelectuais na formação das agendas que se apresentavam como urgentes naquele período.

PALAVRAS-CHAVE: abertura política; crônica jornalística; crise econômica; redemocratização.

ABSTRACT: This article rescues the historicity of the chronicles written by theater director and columnist Flávio Rangel in the pages of *Folha de São Paulo* between 1978 and 1983. Rereading Flávio Rangel's chronicles is an opportunity to think about the contradictions experienced in the Brazilian redemocratization process and the role of intellectuals in shaping the agendas that were presented as urgent in that period.

KEYWORDS: political openness; journalistic chronicle; economic crisis; redemocratization.

* Doutor em História pela Universidade Federal de Uberlândia . Professor de História do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Uberlândia (Eseba/Ufu).

Hoje, a própria abertura é fonte de uma série de perplexidades. As coisas ainda não estão definidas; ninguém sabe se vão ficar dois partidos, se vai haver reforma de partidos, até onde vai essa “anistia”, até onde vai essa “abertura”, até quando ela perdura. Eu me defino diante desse quadro como um cidadão que é a favor do regime democrático, por sua ampliação, e de que se lute por criar instituições democráticas com alguma solidez, pela participação crescente do povo nas instituições democráticas, nos partidos e na vida política brasileira, quer dizer, uma arregimentação maciça a fim de que dê conteúdo aos organismos políticos e torne difícil novas aventuras e golpes capazes de pôr abaixo o que foi feito.

Ferreira Gullar, 23/08/1979

As palavras de Ferreira Gullar utilizadas como epígrafe deste artigo são instigantes para pensarmos a temática proposta pelo dossiê *Atuação político-estética na ditadura e redemocratização: reflexões sobre a democracia no Brasil contemporâneo*. Em primeiro lugar, elas revelam as angústias e incertezas de um intelectual comprometido com projetos de transformação política e social de esquerda diante do processo de distensão da ditadura e da abertura política. Para aquelas gerações que não viveram este momento, muitas vezes é tentador olhar criticamente para estes sujeitos que não teriam sido capazes de promover uma anistia mais justa ou uma abertura mais ampla e direta. Este argumento perde de vista a perspectiva de que o processo de abertura e redemocratização foi conduzido jurídica e politicamente “de cima para baixo” pelos militares e coordenado por um dos principais artífices do golpe, o general Golbery do Couto e Silva (GASPARI, 2016).

Depois, é interessante pensar que nós vivemos o *futuro passado*¹ do tempo vivido pelo poeta. De 1985 em diante, com avanços e retrocessos, minimamente nós vivemos a ampliação do regime democrático por meio da retomada da liberdade de expressão, divulgação e do debate político na imprensa; a reorganização das entidades sindicais e estudantis; o advento e a massificação dos movimentos sociais; das associações de bairro e entidades de classe; a ampliação dos partidos políticos, enfim, todo o

¹ A referência aqui é a brilhante obra de Reinhart Koselleck *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos* (KOSELLECK, 2006).

arcabouço necessário para o fortalecimento das instituições democráticas reclamado por Gullar naquele momento. No entanto, vimos muito recentemente “novas aventuras e golpes capazes de pôr abaixo o que foi feito”, que podem ser condensadas no ataque às estruturas e símbolos democráticos dos 3 (três) poderes em Brasília no dia 8 de janeiro de 2023.

Pensar criticamente a temporalidade que nos separa do golpe de 1964 e, mais especificamente, do processo de abertura política e redemocratização (pós-AI-5) – do qual as palavras de Ferreira Gullar são parte – é um exercício importante para revisar os temas, as agendas, as possibilidades e as práticas políticas que definiram a especificidade de nossa democracia e também a permanência do discurso e de práticas autoritárias e golpistas que mobilizam importante parcela da população brasileira ainda hoje.

Para isso, o objeto de análise deste artigo será a produção jornalística, em forma de crônica, de outro intelectual que compartilhou de muitos projetos, lutas, derrotas e revoltas vividos por Ferreira Gullar, a saber, o diretor de teatro e cronista Flávio Rangel. Entre 1978 e 1983, Flávio Rangel publicou três crônicas semanais no jornal *Folha de São Paulo*, que refletiram sistematicamente sobre os rumos da vida, da cultura e da democracia brasileira. No conjunto, estas crônicas oferecem um panorama abrangente das reflexões de um intelectual progressista em diálogo com o seu público leitor em um momento decisivo para a formatação da democracia brasileira.

As crônicas de Flávio Rangel, contudo, não podem ser lidas apartadas de sua trajetória artística e política, uma vez que sintetizam *vozes*, ideias e sentimentos de toda uma geração que se propôs não somente a pensar como, principalmente, a mudar o Brasil.

DO NACIONAL-POPULAR À RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA

Flávio Rangel é mais conhecido no meio artístico brasileiro devido aos seus trabalhos como diretor de teatro, sendo o responsável por encenações marcantes na história do teatro brasileiro como *Gimba* (Gianfrancesco Guarnieri, 1959); *O Pagador de Promessas* (Dias Gomes, 1960); *Depois da Queda* (Arthur Miller, 1964); *À flor da pele* (Consuelo de Casto, 1969); *Amadeus* (Peter Shaffer, 1982); *Cyrano de Bergerac*

(Edmond Rostand, 1985), entre outros, além de dirigir programas de televisão, shows e até mesmo desfile de carnaval².

O diretor iniciou sua carreira artística em uma montagem amadora de um texto de Augusto Boal, *Do outro lado da rua*, em 1957 no Teatro Brasileiro de Comédia. Em 1959, em *Gimba*, encenado pelo Teatro Popular de Arte de Maria Della Costa e Sandro Polônio, travou contato mais estreito com Gianfrancesco Guarnieri, jovem dramaturgo que, no ano anterior, alcançara notoriedade com *Eles não usam black-tie*, no Teatro de Arena de São Paulo. A partir desta encenação, Flávio Rangel não apenas se tornou um diretor conhecido e desejado pela cena teatral, mas se tornou adepto de uma concepção de arte compromissada com a reflexão e a transformação política e social caracterizada, no período, pelo Teatro de Arena, pelo Teatro Paulista do Estudante e, posteriormente, pelo Teatro Oficina, num momento em que:

[...] no âmbito da atividade teatral começou-se a vislumbrar estímulos para o desabrochar de uma consciência histórica e, sob esse aspecto, o teatro assumiu compromissos públicos, não somente com princípios gerais de cultura e civilização, mas também com a organização das camadas subalternas a fim de impulsionar a luta pela igualdade social (GUINSBURG; PATRIOTA, 2012, p. 139).

O sucesso de *Gimba* no Brasil, e também no exterior, impulsionou a carreira de Flávio Rangel que, em 1960, foi convidado para ser o diretor artístico do Teatro Brasileiro de Comédia (TBC). No TBC, que passava por uma grave crise econômica, Rangel atuou para fomentar a dramaturgia brasileira, dando início à chamada “fase nacionalista” do teatro (GUZIK, 1986). Neste sentido, sua primeira realização no teatro da rua Major Diogo foi a montagem de *O pagador de promessas*, de Dias Gomes, com Leonardo Vilar no papel de Zé do Burro. Sobre este espetáculo, o próprio diretor afirmou:

O pagador era uma peça perfeita para estreiar a minha gestão no TBC. Porque era brasileiríssima, uma peça que respira Brasil. Tinha uma significação social importante, tinha uma humanidade grande naquele personagem do Zé do Burro, tinha o sincretismo religioso, tinha música. Permitia um espetáculo brilhante, colorido” (SIQUEIRA, 2001, p. 95-96).

Em 1961, também no TBC, Rangel montou mais um texto inédito de Guarnieri, *A Semente*, no qual o dramaturgo aprofundava sua visão política, incluindo um olhar crítico para determinadas práticas do Partido Comunista. A peça despertou polêmica e foi atacada tanto por setores conservadores ligados à Igreja Católica quanto por setores da

² Para uma biografia completa da vida e da obra teatral de Flávio Rangel ver SIQUEIRA, 2001.

esquerda comunista, mas significou um importante passo na trajetória artística e política de Flávio Rangel, que se filiou ao Partido Comunista no mesmo ano, aprofundando o contato com artistas como Oduvaldo Viana Filho e Juca de Oliveira, além do próprio Guarnieri.³

Na ocasião do golpe de 1964, Flávio Rangel já havia se desligado do TBC e se mudado para o Rio de Janeiro. O próprio se recordou deste momento da seguinte maneira:

Eu estava em São Paulo no dia 31 de março, quando o general Kruel falou que era preciso romper o anel comunista que envolvia o presidente e veio com as suas tropas. Eu vim aqui para o Rio, desembarquei do ônibus ali na Praça Mauá, havia o edifício de *A noite*, subi lá, fui procurar o Dias Gomes, que trabalhava na Rádio Nacional. Aí, um cara lá disse que tinha uma agitação, não queria falar no nome de ninguém. Eu falei assim: “E o presidente João Goulart?” E o cara disse assim: “Já está a caminho da Espanha”. Aí, eu peguei uma condução e passei ali na frente da UNE, vi a UNE já incendiada. E fui para a minha casa (SIQUEIRA, 2001, p. 144).

O diretor ainda rememorou que, como havia mudado recentemente para o Rio de Janeiro, a sua casa era um endereço chamado “frio”, e muitos artistas passaram dias escondidos lá, como Vianinha e Dias Gomes. Nesta rede de sociabilidade, Rangel se engajou nas primeiras manifestações artísticas de oposição ao caráter ditatorial da “revolução”, com destaque para a sua primeira incursão no terreno da dramaturgia com *Liberdade, liberdade*, escrita em parceria com Millôr Fernandes e encenada no Teatro Opinião do Rio de Janeiro em 1965.

Liberdade, liberdade se baseava em uma reunião de textos e passagens representativos de “momentos em que o ser humano teve a sua liberdade extirpada, extinta ou ameaçada ou diminuída, com uma mensagem que no final fosse, não digo otimista, mas chamando à necessidade de resistência e de que a liberdade se conquista” (SIQUEIRA, 2001, p. 154). Juntamente com o *Show Opinião* (1964), *Liberdade, liberdade* se tornou um símbolo da luta contra o golpe militar e o caráter ditatorial do regime em seus primeiros anos. O próprio Flávio Rangel comentou o espetáculo nos seguintes termos:

Liberdade, liberdade era o que a gente chamava de um “comício estetizado”. Era de uma grande generosidade. E talvez isso se deva ao fato de que a gente dizia no palco palavras que as pessoas queriam ouvir. O espetáculo se transformou numa espécie de hino da resistência, onde acontecia um fator psicológico curioso: o público

³ Flávio Rangel iria se desfiliar do PCB em fevereiro de 1964 – antes do golpe, portanto – devido a discordâncias com a direção geral. Ver: SIQUEIRA, 2001, p. 105.

achava que pelo fato de ir assistir já estava participando da resistência (SIQUEIRA, 2001, p. 160).

Até a promulgação do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968, Flávio Rangel atuou artística e politicamente de maneira explícita na resistência à ditadura militar. Seu gesto mais ousado se deu em novembro de 1965, quando, durante a abertura da II Conferência Extraordinária Interamericana da Organização dos Estados Americanos (OEA), sediada no Rio de Janeiro, se postou diante do Hotel Glória (sede do evento) com faixas que traziam dizeres como “Abaixo a ditadura”, “Viva a Liberdade”, “Queremos liberdade” e “Bienvenidos a nuestra Dictadura”. Do grupo responsável pelo ato, participaram ainda artistas e intelectuais como Glauber Rocha, Mário Carneiro, Joaquim Pedro de Andrade, Antônio Callado, Carlos Heitor Cony, Márcio Moreira Alves, além do poeta Thiago de Mello e do embaixador recém-cassado Jayme de Azevedo Rodrigues. Todos foram detidos e levados para o I Batalhão de Polícia do Exército, onde ficaram presos por dez dias. Nos dias em que estiveram presos, os jornais denunciavam o arbítrio do tratamento dado aos “oito do Glória” – que, na verdade, eram nove –, nome pelo qual ficou conhecido o grupo e o ato (SIQUEIRA, 2001, p. 163).

O diretor ainda seria preso mais três vezes por suas atividades de oposição à ditadura, em 1968, 1969 e em 1970, quando a redação do jornal *O Pasquim* foi presa devido a uma charge de Jaguar que satirizava o episódio do grito do Ipiranga, onde Dom Pedro gritava: “Eu quero mocotó!” Apesar disso, recusava a adesão ao que chamava de “extremismo” da luta armada, se alinhando ao grupo de artistas e intelectuais que optaram pelas possibilidades da resistência democrática.

Com o recrudescimento da censura e da violência política pós-AI-5, Flávio Rangel continuou encenando textos de dramaturgos brasileiros e estrangeiros para companhias teatrais diversas, buscando atuar politicamente no terreno das possibilidades, no que ele mesmo chamava de “teatro nas entrelinhas”, que nem sempre atingia o objetivo de comunicação com a plateia. Na montagem de *Esperando Godot*, em 1969, por exemplo, Rangel recordou o descompasso entre as intenções da cena e a compreensão do público naquele contexto político:

Algumas pessoas, na ocasião, acusaram o espetáculo de ser uma vanguarda ultrapassada. Era evidente que nenhum de nós estava querendo fazer vanguarda de *Esperando Godot*, uma peça de 1950. Não era montar Beckett, em 69, como vanguarda. *Nós montamos com o objetivo de fazer uma análise da situação brasileira*, isto é, *aqueles dois vagabundos, Wladimir e Estragon, sentados à margem da estrada, eram como se fosse o povo brasileiro esperando alguma coisa, que seria a liberdade, a democracia*. Foi bom para aprender que até nas

entrelinhas é preciso que a plateia conheça mais ou menos as entrelinhas, senão você fica falando numa linguagem, supondo que aquilo está dizendo uma coisa e aquilo para outros ouvidos está soando de outra maneira [grifos nossos] (SIQUEIRA, 2001, p. 198).

Por tudo o que foi apresentado, é notório que Flávio Rangel deve ser considerado como expoente de uma geração que foi assim sintetizada pela historiadora do teatro brasileiro Rosangela Patriota:

Esses profissionais historicamente vivenciaram uma conjuntura sociopolítica vista como revolucionária, assim como assistiram, com perplexidade, à derrubada do governo Goulart, à tomada do poder pelos militares e, em consequência disso, o estabelecimento gradativo da censura e de restrições às liberdades individuais, que tiveram como contraponto as disputas em torno da resistência democrática e da luta armada. Presenciaram também o aumento progressivo de ações guerrilheiras tanto na cidade quanto no campo, à intensificação do aparato repressivo (prisões, torturas, assassinatos e exílio de lideranças políticas) e à busca de novas alternativas culturais.

Paulatinamente, estabeleceu-se uma descrença em relação ao processo. Os sujeitos, atuantes em diversos segmentos sociais, deixaram de compreender aquelas circunstâncias históricas como revolucionárias, isto é, o país não vivia uma conjuntura propícia à transformação e, sob esse aspecto, seria importante construir manifestações culturais capazes de suscitar o debate em favor das liberdades democráticas. O tema da revolução voltou a se apresentar como uma possibilidade e não mais como um dado iminente.

Esta sensação materializava-se, no meio artístico, com o exílio de artistas que questionavam padrões de comportamento (Caetano Veloso e Gilberto Gil), daqueles que participaram da instrumentalização da arte em favor da luta política (Augusto Boal), bem como dos que buscaram transformar as relações estabelecidas entre arte e sociedade (Zé Celso M. Corrêa).

Os que permaneceram no país e continuaram a exercer a profissão viveram em um ambiente [...] de disputas de temas como liberdade e identidade nacional entre os partidários da ditadura militar e os diferentes setores da oposição ao regime (PATRIOTA, 2007, p. 206-207).

É precisamente nesta conjuntura que Flávio Rangel se encontrava quando foi contratado pelo jornal *Folha de São Paulo* no ano de 1978 como cronista. É sob este pano de fundo, portanto, que analisaremos os seus textos escritos e publicados no período.

UM CRONISTA DA ABERTURA ENGAJADO NA RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA

Quando foi contratado pela *Folha* em 1978, Flávio Rangel já possuía experiência na escrita e no expediente jornalístico. Sua primeira experiência na escrita jornalística se deu no célebre *O Pasquim*, onde atuou como colaborador permanente entre julho de 1970 e setembro de 1971 – a partir daí suas incursões no jornal de Ipanema vão se tornando esporádicas. Este dado é relevante na medida em que a experiência em *O Pasquim* contribuiu para uma definição de estilo de escrita que marcará sua produção por todo o período na *Folha*.

No *Pasquim*, Rangel escrevia breves notas sobre espetáculos teatrais, livros, filmes e shows musicais, pequenas piadas (muitas com teor machista, homoerótico e, também, homofóbico) e trocadilhos, artigos de opinião, além de participar das famosas entrevistas que eram realizadas com personagens de destaque na cena cultural do período. O estilo desses textos era correspondente ao tom geral do jornal, um “jornal de análise, de opinião, ainda que estas viessem permeadas pelo humor, pelo deboche, pela ironia e pelo que poderia haver de mais anticonvencional e surpreendente” (PINHEIRO, 2022, p. 12).

O jornal havia sido lançado no ano de 1969 com uma proposta de renovação da linguagem da imprensa carioca e reunia importantes nomes do jornalismo, da crítica cultural, do humor gráfico e das artes como Tarso de Castro, Jaguar, Sérgio Cabral, Millôr Fernandes, Sérgio Augusto, Luiz Carlos Maciel, Ziraldo, Paulo Francis, Ivan Lessa e Henfil, e ainda contava em cada número com colaboradores especiais como Odete Lara, Vinícius de Moraes, Glauber Rocha, Chico Buarque, Caetano Veloso, Ferreira Gullar, dentre muitos outros. Em comum, estes nomes compartilhavam interesses intelectuais e culturais, a oposição à ditadura militar instalada no Brasil, e também os espaços de sociabilidade (sobretudo, o Rio de Janeiro e, mais especificamente, Ipanema) (PINHEIRO, 2022, p. 17).



Piada de Flávio Rangel no número 56 de *O Pasquim*, de 09 a 15 de julho de 1970, p. 29.

Um dos seus textos de maior repercussão no semanário foi publicado no número 60, de 07 a 13 de agosto de 1970, com o título *O grosso*. Seguindo a linha do jornal de criar tipos (um dos mais explorados era a “bicha”, usado para satirizar tanto uns aos outros quanto os seus detratores – em especial, Flávio Cavalcanti e Nelson Rodrigues), Flávio Rangel escreveu um longo texto de apresentação desse tipo “característico da fauna brasileira”, que se encerrava com as seguintes descrições:

Concurso é coisa que o grosso adora. De *Miss Brasil* não perde um. Vai com uma quantidade de apitos, confetes e serpentinas e atira tudo em cima da indefesa jovem que representa o seu estado: “Requebra! Requebra que eu quero ver, estimula o grosso”. Se a moça é desclassificada, insulta o presidente do júri: “_Efedepê! Não viu os peitos dela, não?!”

Festival da Canção o grosso também vai. Quando surge Tom Jobim, o grosso vaia.

Quando não é membro, o grosso admira a TFP [Tradição, Família e Propriedade]. O grosso não sabe muito de política. Contenta-se com explicações superficiais. Marxismo, para o grosso, é “ideologia exótica”. Freud, Marcuse, tudo “exótico”. Kafka, também. Para o grosso, a questão social é caso de polícia. Conflito de gerações, o grosso ignora: “filho meu faz o que eu mando” é sua divisa. O grosso, é claro, não é cristão, mas finge que é. Atualmente, desconfia que o papa é

comunista. Diz que nacionalismo é besteira, afirma que o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil. E diz que subversivo não se trata a caramelo (RANGEL, 1970, p. 15).

Neste que é um dos primeiros textos mais longos de Flávio Rangel nas páginas de *O Pasquim* já se evidenciam as principais características estéticas e temáticas que irão subsidiar suas crônicas na *Folha de São Paulo*. Em primeiro lugar, a criação de personagens-tipo que seriam sínteses de modos de ser, pensar e fazer de parcelas da população brasileira; depois, a recorrência de situações cotidianas em que se expressam esses elementos, com forte recurso à ironia, ao duplo sentido e ao deboche como ferramentas discursivas; por último, os temas políticos, a democracia, o nacionalismo e a oposição à presença do capital internacional, sobretudo o estadunidense, na cena econômica brasileira. Estes temas serão recorrentes em suas crônicas publicadas entre 1978 e 1983, como veremos.

Quando o autor foi contratado pela *Folha de São Paulo*, o Brasil vivia um panorama bastante diferente em termos políticos e econômicos, apesar de ainda viver sob a tutela da ditadura militar. O país vivia os primeiros anos do processo de abertura política, iniciado por Ernesto Geisel; preparava o projeto de anistia para os exilados e os acusados de crimes políticos (incluindo nesta categoria os torturadores); sentia os efeitos da crise econômica e do aumento da inflação decorrentes dos “choques do petróleo” que, a partir de 1973 e, mais fortemente após 1977, pressionaria a economia de países no mundo todo, especialmente os emergentes, e revelaria os limites do decantado “milagre brasileiro”; e observava o abrandamento da censura sobre os órgãos de imprensa, sobre os setores artísticos e da repressão sobre os movimentos sociais.

No campo da oposição à ditadura militar, o período marcou a expansão das iniciativas da sociedade civil organizada em torno de nomes como o cardeal de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Raymundo Faoro, e da líder do movimento de mulheres pela anistia, Therezinha Zerbini, dentre outros. Estudantes se manifestavam pelo fim da perseguição política nas universidades e trabalhadores começavam a se organizar para a reivindicação por melhores salários e condições de trabalho (GASPARI, 2016).

Além disso, vivia-se a expectativa da sucessão da presidência da República, que ocorreria em 15 de outubro de 1978. No fim de 1977, Geisel anunciara que indicaria para a sua sucessão o general João Batista Figueiredo, candidato da ARENA, que acabou eleito pelo Colégio Eleitoral. Numa de suas primeiras crônicas, Flávio Rangel comentou a

escolha de Figueiredo de modo sarcástico, a partir de um comentário do Secretário de Estado dos Estados Unidos, Henry Kissinger, em visita ao Brasil:

Henry Kissinger jantou com o General Figueiredo e em seguida afirmou que o candidato da ARENA à Presidência é humano.

Confesso que tal opinião me tranquilizou. Quando soube que o general tinha sido escolhido para ser nosso futuro presidente, achei que era sinal dos tempos, porque quando a escolha era risonha e franca, as pessoas chegavam a esse cargo depois de terem feito alguma coisinha, JK foi deputado, prefeito, governador. Jânio também. Jango foi deputado, senador e vice-presidente duas vezes. Todos foram eleitos pelo povo. Getúlio, em 1950, também; o Marechal Dutra, também. Estes humanos cavalheiros disputaram eleições livres, francas, leais e abertas com seus humanos concorrentes, o Brigadeiro Eduardo Gomes, o General Juarez Távora, o Marechal Lott. Uns ganharam e outros perderam. Os vitoriosos, eleitos por seus humanos eleitores, governaram como puderam.

De modo que, quando o General Figueiredo foi indicado, julguei que era um dos deuses que, lá do Olimpo onde se instalaram, lançam sobre nós, de vez em quando, os raios fulminantes do AI-5. A gente nem conhecia o rosto dele. Quando mostraram para nós sua primeira fotografia, nossos olhos nublados não lhe puderam divisar a humanidade, porque os óculos eram escuros e grandes demais.

Depois a imagem foi ficando mais nítida. O general montou a cavalo, falou com os jornalistas, comeu churrasco, tomou chimarrão, e mudou os óculos. Coisas humanas. Seu *modus operandi* é no interessante estilo “deixa que eu chuto”, inegavelmente popular. E humano (RANGEL, 1981, p. 28-29).



www.revistafenix.pro.br

Acompanhando as crônicas escritas entre 1978 e 1983 vamos encontrar um recurso recorrente nas palavras do autor, que é a crítica às autoridades por meio da ironia e do exagero dos próprios discursos e palavras proferidos nelas. Nos primeiros textos, Figueiredo e seus ministros ganham destaque. Em agosto de 1978, Figueiredo declarou à imprensa que preferia o cheiro dos cavalos ao cheiro do povo, episódio que inspirou uma crônica nos seguintes termos:

Confirmado. Todos publicam a mesma notícia. Ele diz mesmo que o cheirinho do cavalo é melhor que o cheiro do povo.

É dose!

Imediatamente comecei a comer o jornal, conforme me mandou o ministro da saúde. No caso, tal atitude tinha uma dupla utilidade: a meu lado sentava-se um desses executivos louros e altos, faces vermelhas, provavelmente de uma multinacional. Pensei que se ele soubesse que nosso futuro presidente pensa isso dos aromas de seu povo, talvez se dedicasse por investir alhures. Colaborei com a pátria, e fiquei quietinho, meditando.

Meditava sobre como tem sido vão os meus esforços e de meu povo. Quando o candidato disse que a gente não estava preparado para votar, porque nem tomava banho nem escovava os dentes, pedi uma reunião à Sociedade dos Amigos do Bairro onde moro. Em grande mutirão, todo o mundo começou a tomar mais de um banho por dia, e escovar os dentes de três em três horas. Eu, de mim, ansioso por uma eleição

direta, cheguei a me perfumar com finas essências aromáticas. Custou-me uma nota, mas o que fazer; se o candidato acha que a gente está sujinho, não vamos aborrecê-lo. E fico olhando o pessoal andar na rua. Me parece que todo mundo está limpinho.

E agora aprendo que nosso esforço tem sido em vão. Os cavalos cheiram melhor do que nós. Mas não faz mal; Gonçalves Dias já tinha me ensinado que a vida é combate, que aos fracos abate e que aos fortes só pode exaltar. Não me entrego. Mudo-me para uma estrebaria amanhã; já telefonei pra um médico amigo, que vai me providenciar um transplante sebáceo e sudoríparo equino.

Tudo pela democracia (RANGEL, 1981, p. 48).

Como cronista de temas do cotidiano de uma grande cidade, Flávio Rangel comentava aspectos da atualidade, como o assassinato de Cláudia Rodrigues pelo milionário suíço Michel Frank, o escândalo da Lutfalla – no qual estaria envolvido Paulo Maluf –, a censura do filme *Laranja Mecânica* (Stanley Kubrick, 1972) – que foi exibido nos cinemas brasileiros com bolas pretas cobrindo as genitálias dos personagens –, e até mesmo o nascimento do primeiro bebê de proveta, no Reino Unido. O diretor de teatro que continuava atuando em montagens importantes neste período, como *Investigação na classe dominante* (1978), *O rei de Ramos* (1979) e *Amadeus* (1982) também exercia em seus textos argutas observações sobre a vida cultural do país, com indicação de livros de poesia, filmes, discos e peças teatrais. Entretanto, a expectativa do exercício da democracia e a luta pelo voto direto eram notadamente os temas mais recorrentes nas crônicas de Flávio Rangel por todo o período.

Entre o final de 1978 e o início de 1979, ele viajou por diversos países da Europa e pelos Estados Unidos escrevendo textos sobre suas experiências e impressões destes lugares. Num deles, publicado poucos dias após a eleição de Figueiredo e intitulado *Longe daí, aí mesmo*, fez uma longa reflexão sobre o voto direto:

Ontem, sentado na Plaza Catalunya, ponto central de Barcelona, meditei sobre o amanhã de meu País, que começa a se desenhar hoje.

Até agora, vi na Espanha uma intensa vibração popular. Depois de 40 anos de um regime de exceção, de força e de arbítrio, os espanhóis puderam eleger a sua Constituinte. Agora, através do voto direto, vão eleger o prefeito de Madri, sempre através do voto direto, vão daqui pra frente eleger todos os seus governantes principais.

No Brasil, o sistema considera que o povo brasileiro não está preparado para votar (RANGEL, 1981, p. 73)

Deste ponto em diante, passa a listar diversos brasileiros de destaque, dos vários setores, que não estariam, de acordo com o sistema, preparados para votar: dos netos de Joaquim Nabuco, Quintino Bocaiúva e Benjamin Constant aos artistas e intelectuais como Portinari, Di Cavalcanti, Villa-Lobos, Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, Chico

Buarque, Tom Jobim, Roberto Carlos, Elis Regina, Jorge Amado, Gianfrancesco Guarnieri, dentre outros, pessoas reconhecidas internacionalmente por suas obras e talentos, mas que eram considerados aptos para votar. E arrematava:

Aqueles que fizeram de São Paulo o maior parque industrial da América Latina não votam hoje. Nenhum operário entra hoje numa cabine indevassável para depositar seu voto secreto, em sufrágio universal. Os metalúrgicos puderam escolher Lula o presidente de seu sindicato, mas é só. Não vota hoje nenhum deles. Não vota também o apanhador de café, que faz a riqueza do país. Nem o motorista que a transporta, nem o estivador que a coloca no navio, nem o conferente, nem o piloto. Ninguém.

Hoje o país está calado.

Longe daí, aí mesmo, penso que o Brasil hoje está em silêncio. Em Garanhuns e em Caxias do Sul, em Porto Feliz e em Alcântara, em Mar de Espanha e em Varre-e-sai, em Propriá e Princesa.

Cento e dez milhões de pessoas em silêncio (RANGEL, 1981, p. 74-75).

É interessante observar como que o autor, nesta crônica, absorvia a experiência democrática da Espanha pós-Franco e transformava-a em horizonte de suas próprias expectativas relacionadas ao Brasil. Palavras escritas sob o peso da eleição de Figueiredo pelo Colégio Eleitoral, mas que se estenderiam também para 1984 e a campanha frustrada pelas “Diretas Já”. A primeira eleição direta para a Presidência da República se daria apenas no ano de 1989, mas Flávio Rangel também não votaria, vitimado precocemente por um câncer em outubro de 1988.

Dentre as várias crônicas publicadas neste período, há algumas surpreendentes, que dialogam mais diretamente com o nosso tempo. Em *Os lírios deste campo*, publicada nos primeiros dias de 1979, o autor começa falando sobre o martírio de Cristo e as perseguições sofridas pelos primeiros cristãos no Império romano. Depois, tece considerações sobre o aumento do poder da Igreja Católica e das suas relações com os poderes instituídos no Ocidente para, finalmente, refletir sobre as mudanças trazidas pelo papa João XXIII, o Concílio Vaticano II e a Conferência de Medellín que definiram diretrizes mais claras de atuação da Igreja em favor da “opção preferencial pelos pobres” e desfavorecidos. A introdução da crônica serviu, na verdade, como um preâmbulo para Flávio Rangel comentar a divulgação do documento divulgado pela diocese de São Paulo, liderada pelo arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns, que relatava as perseguições sofridas por religiosos católicos no período da ditadura:

O documento que o arcebispo de São Paulo mandou preparar, relatando as perseguições de que tem sido vítimas os religiosos em nosso país, nos últimos anos, me levam a pensar nos primeiros mártires do cristianismo. As palavras que o documento relaciona são “ataques

difamatórios, invasões, cercos, devassas, espionagens, prisões, torturas, mortes, sequestros, processos, intimações, expulsões, banimentos, censura, proibições, falsificações” - e publica ainda uma lista de nomes de bispos atingidos pela repressão. Estão entre eles todos os mais importantes religiosos do nosso país.

Lembro-me do escárnio com que se trataram, durante muito tempo, os membros da Igreja engajados na luta contra a pobreza e a miséria. Foram chamados de “padres de passeata” aqueles que estavam exercendo o princípio da caridade. Foram chamados de “arcebispos vermelhos” aqueles que estavam simplesmente seguindo as lições do fundador de sua religião. Os representantes da nova Igreja têm permanecido fiéis aos princípios do Concílio Vaticano II e da reunião de Medellín. O preço que têm pago é o descrito no documento. São sempre, como não podia deixar de ser, acusados de “comunistas”.

Se o Partido Comunista fosse colocado na legalidade, duvido que conseguisse ter 8 a 10% do eleitorado. Os exemplos do que ocorreu na Espanha e em Portugal, para citar apenas dois exemplos mais recentes, estão aí mesmo. É claro que nenhum padre estaria nos quadros de tal partido. Mantendo-se a coisa como está, mantém-se a “indústria” do anticomunismo, que parece ser bem rendosa. Pode-se acusar qualquer um de ser o que não é.

A relação dos bispos perseguidos é uma mancha na honra do nosso país. Uma vergonha. Mas pelo menos, na crença que professam, podem estar tranquilos ao lugar que se asseguram ao lodo do seu Deus. Já não pode dizer o mesmo quem se diz cristão e diz também que assinaria de novo o AI-5 (RANGEL, 1981, p. 137-138).

A crônica publicada em março de 1979 traz muitos elementos para compreendermos as relações entre os setores cristãos, notadamente o católico, e a política nos tempos da ditadura brasileira. Ela foi escrita alguns meses depois do início do papado de Karol Wojtyła (Papa João Paulo II), polonês que cresceu e iniciou o sacerdócio numa Polônia sob ocupação soviética. Participante do Concílio Vaticano II, Wojtyła marcou o início do seu papado com uma forte campanha contra o comunismo no Leste-europeu e o legado soviético que reprimiam o catolicismo. Por isso, chama a atenção a relação direta estabelecida entre a “opção preferencial pelos pobres” que orientou a atuação de amplos setores da Igreja Católica pós-Vaticano II e o epíteto “comunista” atribuído aos religiosos que atuavam em prol desse objetivo.

No Brasil, essa relação foi ainda mais profunda, no período, pela inspiração da Teologia da Libertação e do papel desempenhado pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEB) nas décadas de 1970 e 1980, que atuavam na articulação entre uma visão missionária e religiosa católica e o contexto político e social em que se inseriam em prol dos pobres e miseráveis. Atualmente, membros da Igreja que seguem este ideal missionário continuam sendo agredidos e acusados de serem “comunistas”, sendo o pároco de São Paulo, Júlio Lancellotti, o exemplo mais conhecido. A crônica de Flávio

Rangel escrita há mais de 45 anos é um documento que atesta a **permanência** de um tipo de pensamento político binário na sociedade brasileira e mundial que relaciona a defesa da dignidade como valor universal e a crítica à produção e distribuição da riqueza, feita por setores religiosos, ao comunismo soviético.

Ateu, Flávio Rangel, ao fim da crônica ainda criticava especificamente os cristãos signatários do AI-5 e que mantinham suas posições em defesa do arbítrio, da censura e da violência de Estado. Mais recentemente, um destes cristãos citados por Flávio voltou a declarar que não hesitaria em assinar o Ato novamente: Delfim Neto⁴, ex-ministro da fazenda durante a ditadura (entre 1967 e 1974) e um dos principais arautos do “milagre brasileiro”. Delfim Neto era um dos personagens mais atacados e satirizados por Rangel, sobretudo a partir de 1979 quando retornou de um período como Embaixador na França e assumiu inicialmente o Ministério da Agricultura e, posteriormente, o do Planejamento (cargo que exerceu até 1985), motivo pelo qual era chamado pelo cronista de “O grande planejador”:



O Simonsen [Ministro da Fazenda] disse que vai dar tratamento de choque à inflação. É coisa curiosa. Quando o assunto é democracia, é tudo bem lento, seguro, gradual. Agora, quando é pra combater a inflação, é no choque. Acho que a gente não mais está aguentando choque não.

Os jornais dizem que o Delfim vai fazer o “milagre” no campo, que nem fez o “milagre” nas finanças. Se for assim, acho que desta vez a casa cai. No tempo do “milagre econômico” agente via aquele monte de gente parado diante das lojas que vendiam aparelho de tevê em cores. Todo o mundo na pior, vendo o quanto era bela a vida vista pela Aerp [Assessoria Especial de Relações Públicas criada em 1968 pelo governo militar para cuidar da comunicação e da propaganda oficiais num viés ufanista]. Dava uma inveja danada, mas se eles diziam que vivíamos em milagre econômico, todos nós esperamos que o bolo crescesse para que um dia gentilmente distribuíssem nossa fatia. Se algum leitor ganhou por erro a minha parte, favor enviá-la à redação.

O Simonsen e o Delfim vão trabalhar juntos. Vem no pacote a geopolítica do Golbery. Esse pessoal está mais ou menos junto nisso há 15 anos. Resultado: 41 bilhões de dívida externa e 41% de inflação. Agora vai ficar mais 6 aninhos. Aposto que a meta são 82 bilhões de dívida e 82% de inflação (...). Só faltam seis anos para 1984 (RANGEL, 1981, p. 134-135).

Como cronista do cotidiano, Flávio Rangel dedicava grande parte dos seus textos na *Folha* para tratar de economia, fazendo constantes pontes entre a economia doméstica e o panorama macroeconômico, sempre numa perspectiva crítica. Denunciava os limites

⁴ A declaração de Delfim Neto foi dada em 28/09/2021 ao portal de notícias UOL, durante o programa “UOL Entrevista”. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/09/28/eu-voltaria-a-assinar-o-ai-5-afirma-delfim-netto.htm>. Acesso em 13/09/2024.

e as contradições do chamado “milagre brasileiro”, sobretudo pelo ponto de vista dos trabalhadores e dos menos favorecidos. O aumento da inflação – que na previsão do autor chegaria a 82% em 1984, quando chegou, de fato, a 223% - pressionava os preços e o custo de vida, enquanto tornava os salários defasados em intervalos cada vez mais curtos.

Flávio Rangel criou em suas crônicas vários personagens, recurso que, como vimos, desenvolveu em sua atuação em *O pasquim*. O mais conhecido deles foi a funcionária fictícia *Francelina*, mulher, negra, trabalhadora doméstica, mas que possuía um apetite ávido pelos jornais e pelas notícias. A partir de Francelina, Rangel criou um artifício que o permitia comentar as notícias e acontecimentos do dia a partir do ponto de vista dos trabalhadores mais pobres:

Nosso Governador Surpresa [apelido dado por ele a Paulo Maluf] não está com muito prestígio junto à minha eficiente secretária Francelina.

– É um absurdo! Um crime! – exclamou Francelina. E brandia os jornais que publicavam as notícias da festança [Festa de Emendação promovida por Maluf para festejar a Revolução Constitucionalista, ao custo de 15 milhões de cruzeiro] [...].

Um tanto espantado, pedi a Francelina uma sinopse mais detalhada, coisa que ela providenciou com sua costumeira rapidez. Aprendi que há uma greve na Ford, que subiram o gás, a luz, o telefone, a gasolina, os transportes, os cigarros, o café e o dólar. Vi uma declaração do nosso Grande Planejador [Delfim Neto], qual novo Franz Kafka, dizendo esta coisa notável: “A inflação vai cair mas os preços vão continuar subindo”. (Eu acho que vou desistir de entender isso. Desde que o outro explicou tudo como sendo culpa da Teoria Aceleracionista da Curva de Phillips, ando com uma lanterna, tal qual Diógenes, esquadrinhando vielas escuras, porões e esquinas sombrias para ver se consigo pegar de jeito esse desgraçadinho do Phillips, mas em vão). Depois fui à coluna do meu guru para assuntos econômicos, Joelmir Beting, onde seu personagem José Maria de Jesus larga o cabo da enxada e suspira: “Quer dizer que nem as multinacionais andam satisfeitas? Uai! Quem é que falta reclamar agora no Brasil?” (RANGEL, 1982, p. 13-14).

Nesta crônica do início de 1982 aparecem, além da questão da inflação e do consequente encarecimento do custo de vida, dois temas econômicos importantes para compreendermos o contexto econômico brasileiro durante os anos da abertura política: em primeiro lugar, há uma referência à Teoria da Curva de Phillips, mecanismo usado para explicar a correlação entre o desemprego e inflação no curto prazo, que se tornou um dos principais dispositivos do discurso econômico de viés neoliberal que começava a vigorar no jornalismo econômico no Brasil. Flávio Rangel brincava com frequência de que a culpa da inflação do Brasil era do “tal do Phillips”, mas, na verdade, se indignava com as explicações de que o baixo desemprego seria uma das causas estruturantes do

aumento da inflação; em segundo lugar – citando o jornalista Joelmir Beting que, ironicamente, dizia que até mesmo as multinacionais andavam insatisfeitas com os rumos da economia, Rangel se referia criticamente aos privilégios que as empresas de capital estrangeiro possuíam junto ao Estado brasileiro. Privilégios estes travestidos em benefícios fiscais concedidos à custa dos impostos pagos pelo povo, em evasão de divisas, sem mencionar os vários escândalos de estatização de empresas privadas de capital estrangeiro, como o caso de Light, em 1979, alvo de vários comentários críticos do autor.

O foco das críticas econômicas de Flávio Rangel em suas crônicas por todo o período analisado é a relação entre o que a literatura acadêmica denomina como a “política econômica do autoritarismo”⁵ e os reflexos desta sobre a vida das pessoas, principalmente os setores menos favorecidos da população. O raciocínio do autor era simples: toda a população brasileira que sofria as consequências da crise econômica deveria ter a oportunidade e a responsabilidade de eleger os seus representantes democraticamente para, desse modo, se tornar corresponsável pelas decisões que a afetam. Neste sentido, o autor se mantinha, ainda em 1982, arraigado às bandeiras políticas, sociais e econômicas defendidas por amplos setores da esquerda na década de 1960 e por todo o período da resistência democrática, a saber, a crítica do imperialismo estadunidense; a defesa do nacional-desenvolvimentismo e do papel central do Estado na política econômica; o ataque à concentração de renda e dos bens móveis e imóveis; e, acima de tudo, a defesa intransigente da democracia enquanto instrumento político capaz de promover reformas que atendessem a estes anseios.

Esse posicionamento político não estava, contudo, em compasso com a linha editorial do jornal *Folha de São Paulo* no período. Em uma interessante dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, Altamar da Costa Muniz demonstra como o jornal vai, a partir de 1979, “reverter sua linha editorial de defesa da política nacional-desenvolvimentista instaurada em 1968, para o apoio das orientações neoliberais de desregulamentação e limitação da intervenção estatal” (MUNIZ, 1999, p. 07). Esse descompasso talvez explique a descontinuidade de sua coluna pelo jornal no início de 1983.

⁵ Uma leitura arguta sobre a política econômica autoritária do período militar, seus efeitos e contribuição para a crise econômica dos anos 1980 encontra-se no texto *A política econômica do autoritarismo*, de Maria da Conceição Tavares. VER: TAVARES, 1994, p. 19-31.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de quase cinco anos de colaboração para a *Folha de São Paulo* Flávio Rangel escreveu mais de 500 crônicas, que foram compiladas em quatro livros publicados: *Seria cômico, se não fosse trágico* (Civilização Brasileira, 1979); *A praça dos sem poderes* (Civilização Brasileira, 1980); *Os prezados leitores* (Global Editora, 1981); e *Diário do Brasil* (Paz e Terra, 1982). É impossível analisar o conteúdo de todo esse material no espaço de um artigo científico, trabalho a ser desenvolvido por futuros pesquisadores interessados no tema e no período. Além disso, aspectos pertinentes para pensar essa produção em sua historicidade também foram deixados de lado, tais como o perfil dos leitores do jornal a quem os textos eram interessados (quem eram os leitores de Flávio Rangel?) e como estes discutiam as questões propostas com o autor (indícios de historicidade que podem ser captados nas cartas enviadas à redação da *Folha*).

A análise das crônicas publicadas por Rangel nos oferece um “panorama visto de dentro” do período da abertura política, dos últimos meses do governo do General Geisel aos anos do governo do General Figueiredo. Neste panorama, captamos as preocupações e interesses de um intelectual de classe média, homem, branco, de esquerda, com notável repertório cultural e bastante sucesso profissional. É perceptível o modo como o autor permanece fiel às pautas tradicionais da resistência democrática num contexto em que os setores progressistas começam a se organizar e lutar em outras frentes políticas, tais como as questões ambientais (Fernando Gabeira) e comportamental-sexual (Caetano Veloso), por exemplo.⁶ Não que a questão da democracia e do voto direto não estivesse no horizonte de expectativas desses sujeitos e grupos sociais, mas conviviam com outros olhares sobre as questões políticas, econômicas, sociais, identitárias, religiosas e comportamentais que caracterizariam todo o período da Nova República.

No que diz respeito ao debate estético, vimos nas crônicas ecos de um estilo desenvolvido em *O pasquim*, em que a ironia, o deboche, a iconoclastia, as piadas de duplo-sentido predominavam como elementos da narrativa e da crítica. Esta marca também é visível na produção narrativa de outros expoentes do icônico tabloide de Ipanema, como Millor Fernandes, Sérgio Augusto, Tarso de Castro e Paulo Francis.

⁶ As entrevistas conduzidas por Heloisa Buarque de Hollanda entre o final de 1979 e o início de 1980 com Fernando Gabeira, Caetano Veloso, Ferreira Gullar e Glauber Rocha, publicadas no livro *70/80 Cultura em Trânsito: da repressão à abertura* são representativas da diversidade de pautas e interesses que animam setores e intelectuais da esquerda naquele período. Ver: GASPARI; HOLLANDA; VENTURA, 2000.

Sobre Francis, cabe aqui um parêntese. Em 1975, foi contratado como correspondente pela *Folha de São Paulo*, onde publicou textos até 1990 (foi contemporâneo de Flávio Rangel no período em que este esteve no diário paulistano, portanto). Durante a década da 1980, Francis abandonou paulatinamente os ideais de esquerda, tonando-se um crítico do que chamava de “marxismo cultural e gramscianismo”, e abraçou intelectualmente o neoliberalismo, no qual militou até o fim da vida. Neste mesmo período, tornou-se comentarista na televisão, em incursões no *Jornal da Globo*, onde destilava o seu estilo irônico e polêmico que não raro se mostrava conservador e autoritário. Não é exagero afirmar que Francis foi um dos principais rostos do anti-petismo de primeira hora, inspirando jornalistas que encontraram no seu polemismo uma fonte de inspiração, tais como Arnaldo Jabor, Olavo de Carvalho, Reinaldo Azevedo e Diogo Mainardi, dentre vários outros:

Os principais elementos do polemismo — cuja característica fundamental é a linguagem ferina — são o cinismo, a violência verbal e a ênfase na ironia. Desse modo, estimulam-se ou até criam-se casos aparentemente banais, mas que acabam tomando uma proporção maior do que a expectativa comum poderia supor, tendo em vista o ataque a pessoas, a grupos ou organizações político-partidárias e a movimentos sociais, evidenciando-se, assim, o caráter político da postura polemista. Além disso, os profissionais que adotam tal postura possuem, frequentemente, laços orgânicos com aparelhos privados de hegemonia, visando determinado projeto de classe ou atuando como vulgarizadores de certa agenda ideológica. Da mesma forma, o “politicamente correto” tem sido desqualificado e até ridicularizado como uma perspectiva de hipocrisia político-filosófica. Mostram-se, então, os traços conservadores que visam legitimar uma postura reacionária frente a temas progressistas, como a contraposição agressiva à atitude feminista e a discussões sobre gênero, por exemplo, ou à aceitação social da homossexualidade, dentre outros assuntos. O mais curioso é que tais posturas são colocadas pelos seus autores como “corajosas”, ou como “desafiadoras do lugar comum” e dos “posicionamentos intelectuais abjetos”. Francis foi um precursor recente dessa faceta, pois reunia em seus textos boa parte dos elementos elencados acima (BATISTA, 2016, p. 13-14).

Analisando as crônicas de Flávio Rangel para a *Folha de São Paulo* percebe-se claramente as características do polemismo, num viés de esquerda. Compreender o modo como a imprensa hegemônica do país cooptou o polemismo para os seus quadros, tornando-o um artifício retórico do liberalismo e do conservadorismo, é um desafio para futuras pesquisas e pesquisadores.

A tentativa de golpe de Estado engendrada em 8 de janeiro de 2023, após 4 anos de governo de um presidente que se declarava explicitamente apoiador da ditadura militar e da tortura, evidenciou as fragilidades da democracia brasileira e a permanência

de ideologias que sustentaram o autoritarismo político, econômico e miliar que vigeu no Brasil entre 1964 e 1985. Revisitar o início do período da abertura política, ainda que pelas lentes de um diretor de teatro quase esquecido pelas gerações atuais⁷, é uma interessante oportunidade de compreender os efeitos nefastos da transição lenta, segura e gradual, tutelada pelos militares. Efeitos estes que podem ser notados na permanência do autoritarismo em discursos, instituições, organizações políticas e sociais, na defesa do armamento da população etc.

Esperamos que revisitar este período a partir do olhar dos seus próprios sujeitos seja uma contribuição para que, conforme as palavras de Ferreira Gullar usadas na epígrafe, “se torne difícil novas aventuras e golpes capazes de pôr abaixo o que foi feito”.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, Alexandre Blankl. Paulo Francis, o polemismo a serviço da agenda ultraliberal. p. 12-34. In: BARBOSA, Jefferson; PATSCHIKI, Lucas; SMANIOTTO, Marcos Alexandre (orgs.). **Tempos conservadores: estudos críticos sobre as direitas**. Goiânia: Gárgula, 2016.
- GASPARI, Elio. **A ditadura acabada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.
- _____; HOLLANDA, Heloisa Buarque de; VENTURA, Zuenir. **70/80 - Cultura em trânsito: da repressão à abertura**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- GUINSBURG, Jacó; PATRIOTA, Rosangela. **Teatro brasileiro: ideias de uma História**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2012.
- GUZIK, Alberto. **TBC: a crônica de um sonho**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1986.
- KOSELLECK, Reinhardt. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Tradução de Wilma Patrícia Mass e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. Da PUC Rio, 2006.
- MUNIZ, Altamar da Costa. **As mudanças de linha editorial na Folha de São Paulo**. 1999. 183f. - Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza (CE), 1999.
- PATRIOTA, Rosangela. **A crítica de um teatro crítico**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

⁷ Uma tentativa de resgatar a memória do trabalho artístico e intelectual de Flávio Rangel foi lançada no ano de 2009 no ótimo documentário de Paola Prestes, intitulado *Flávio Rangel: o teatro na palma da mão*. VER: PRESTES, 2009.

PINHEIRO, Márcio. **Rato de redação**: Sig e a história do Pasquim. São Paulo: Matrix, 2022.

PRESTES, Paola. **Flávio Rangel**: o teatro na palma da mão. 90 min, Sarna Filmes, 2009.

RANGEL, Flávio. O grosso. **O pasquim**, p. 15. Rio de Janeiro, ano 2, n. 60, 07 a 13 ago. 1970.

_____. **Seria cômico, se não fosse trágico**: crônicas. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

_____. **Diário de Brasil**: crônicas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SIQUEIRA, José Rubens. **Viver de teatro**: uma biografia de Flávio Rangel. São Paulo: Nova Alexandria, 2001.

TAVARES, Maria da Conceição. A política econômica do autoritarismo. p. 19-31. In: SCHWARTZ, Jorge; SOSNOWSKI, Saúl (orgs.). **Brasil**: o trânsito da memória. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.



www.revistafenix.pro.br

RECEBIDO EM: 14/09/2024
PARECER DADO EM: 30/11/2024